

JORNAIS E ASSOCIAÇÕES DE IMPRENSA NO CEARÁ

J. C. ALENCAR ARARIPE

Relativamente muito cedo, no conjunto da Federação, cogitou-se no Ceará do funcionamento de um órgão que congregasse homens de jornal. Datando de 7 de abril de 1908 a Associação Brasileira de Imprensa, com sede no Rio de Janeiro, já em princípio de 1911, três anos, portanto, depois da iniciativa vitoriosa na então Capital da República, criava-se em Fortaleza o Clube dos Repórteres.

Levando-se em conta, porém, as peculiaridades do Ceará, em matéria de imprensa, e considerando as tendências do nosso espírito associativo, logicamente deveríamos ter-nos antecipado de muito na organização de uma sociedade de jornalistas.

O Ceará foi dos primeiros a conhecer a imprensa. Antecipou-se ao Estado do Rio, a Goiás, a Santa Catarina, ao Espírito Santo, a Sergipe, ao Paraná, ao Amazonas, ao Rio Grande do Norte e a Alagoas. O Ceará antecipou-se até mesmo ao Rio Grande do Sul e a São Paulo, onde as primeiras folhas impressas são de 1827, como testemunha o escritor Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil*.

Leia-se "A Imprensa do Ceará na Monarquia", de Demócrito Rocha, e "A Imprensa do Ceará na República", de Geraldo da Silva Nobre, ambos estampados em *O Ceará*, 2.^a e 3.^a edições, respectivamente, e a conclusão a que chegará, quem assim o fizer, é a de que dificilmente outro Estado apresenta, como o nosso, estabelecidas as devidas proporções, uma igual florescência no tocante à publicação de periódicos.

É a fatalidade da proliferação de jornais, que não se evidenciou apenas entre nós, porque é nacional, e que continuou até hoje, como

acentua Juarez Brasil, no seu livro *Jornal, História e Técnica*. Com desvantagens que em outros países não se fizeram sentir e que concorreram para que o Brasil tenha uma “imprensa maior que a capacidade aquisitiva do mercado de leitores”.

Até parece que se pretendeu, com a quantidade, compensar o longo período de três séculos em que a metrópole portuguesa e o domínio holandês nos privaram dos benefícios da invenção de Gutenberg, colocando-nos, com relação ao uso do prelo, em posição de inferioridade no confronto com outras nações da América.

O *Diário do Governo do Ceará* foi o primeiro jornal impresso em Fortaleza, a 1.º de abril de 1824. Desse ano até fins de 1839, mais 15. Na década de 1840 a 1849, apareceram 23; de 1850 a 1859, 21; de 1860 a 1869, nada menos de 116, número que se repetiu no decênio seguinte; de 1880 a 1889, a safra foi maior ainda, pois atingiu 175. Na República, continuou o surto publicitário, registrando-se um certo declínio a partir de 1920.

A grande maioria dos periódicos teve vida efêmera. Alguns não foram além do primeiro número. Seja como for, atestavam uma poderosa elaboração mental, que se manifestava por esse meio e atra- verses de pujantes sociedades literárias.

Como compreender-se que, em tal situação, somente neste século tenha surgido a primeira sociedade de jornalistas — o Clube dos Repórteres?

“Foi a política que gerou o jornalismo cearense”, diz Demócrito Rocha, que lembra, em apoio da sua tese, a observação de Antônio Sales de que as gazetas do Ceará “eram meros instrumentos do ferrenho partidarismo reinante”.

Nelson Werneck Sodré, na obra já citada, frisa que, no Brasil do começo do século, a política era a matéria principal dos jornais. A luta assumia “aspectos pessoais terríveis”, que desembocavam, “quase sempre, na injúria mais vulgar”. E acentua:

“No Ceará, por exemplo, sob domínio da oligarquia Acioli, o jornal do governo, *A República*, agredia os elementos da oposição, enquanto, no *Unitário*, de João Brígido, que combatia o governo local, tudo se marcava pelo espírito mordaz. Juvenal Galeno era já “reliquia histórica da poesia popular”. Rodolfo Teófilo “encarnava um novo Vicente de Paula”. Na oposição, o *Jornal do Ceará* “não tinha medida nas suas incandescentes apóstrofes”. O tipo de linguagem pode ser aferido por dois exemplos, retirados do *Unitário*, em que João Brígido se notabilizaria: notícia de banquete a deputado governista que partia para o sul era redigida assim: “A sobremesa, em nome dos presentes, saudou-o o sr. beltrano. Em seguida, fulano ergueu-se nas patas traseiras, murchou as orelhas e pronunciou um discurso, curto mas ruim”; notícia de falecimento: “Faleceu, ontem,

o venerando desembargador C., filho legítimo do honrado vigário de São Mateus.”

Não havia, em meio a tantos excessos, ambiente favorável ao desabrochar do espírito associativo. As disputas acirradas, na área política, eram um fermento de malquerença e ódio. As divergências não se circunscreviam ao plano das idéias e princípios, nem se fixavam na concorrência leal, que é um elemento de estímulo e progresso. Salvo exceções, encaminhavam-se sempre para o terreno pessoal, o que comprometia a formação de uma consciência profissional.

As publicações que não pertenciam a agrupamentos partidários eram, quase sempre, porta-vozes de sociedades literárias. E os que as dirigiam e realizavam deixavam-se empolgar por outra ordem de cogitações.

Não é de admirar que o Clube dos Repórteres tenha desaparecido quase sem deixar vestígios, para, somente onze anos depois, surgir novo movimento com o objetivo de agremiar jornalistas.

O Dr. Fernandes Távora, já diretor de *A Tribuna*, liderou a campanha nesse sentido. E, a 9 de setembro de 1922, em reunião no Clube Iracema, com a aprovação dos estatutos e eleição da primeira diretoria, fundava-se a Associação de Imprensa do Ceará, cuja instalação solene se verificou a 15 de novembro do mesmo ano.

A Associação de Imprensa do Ceará teve uma existência breve. Talvez porque mais parecia um clube de diretores de jornal. Foi uma “dourada mentira”, como a apelidou, em discurso, Gilberto Câmara.

Não demoraria, já agora, uma outra tentativa com finalidade idêntica às duas anteriores e que, infelizmente, se frustraram, como assinala. Desta feita, seria a Associação dos Jornalistas Cearenses, que mais tarde mudaria de nome, passando a chamar-se Associação Cearense de Imprensa.

Podem ser feitas objeções quanto à data da sua constituição, afirma Geraldo da Silva Nobre, de cujos estudos me socorro, para alinhamento de certos dados históricos locais.

A fundação da Associação dos Jornalistas Cearenses teria se verificado, no entender de alguns, a 5 de setembro de 1925, quando se empossou a primeira diretoria. Os estatutos, porém, aludem a 14 de julho, o que me parece acertado.

Jornais da época relatam que, nesse dia, houve uma reunião preparatória, na Rua General Sampaio, 123. Foi na ocasião que se decidiu a criação da Associação dos Jornalistas Cearenses. É, portanto, a data da fundação, data muito feliz, por sinal, porque relembra um acontecimento memorável na luta pelos direitos do homem, luta da qual a imprensa foi, invariavelmente, ao longo dos séculos, a

força maior de persuasão, o instrumento insubstituível de arregimentação das massas.

Em assembléia geral a 9 de setembro de 1926, processou-se a reforma dos estatutos da entidade e sua reorganização, recebendo, então, a denominação de Associação Cearense de Imprensa, a prestigiosa ACI, que chegou até os nossos dias como patrimônio moral e cultural do Ceará. A transformação por que passou lhe garantiu, em 1927, o reconhecimento oficial por parte da Associação Brasileira de Imprensa, o que se deve, em parte, ao trabalho desenvolvido pelo padre Francisco de Assis Memória, nosso ilustre conterrâneo e consagrado orador, residente no Rio de Janeiro.

Recorra-se à pesquisa histórica, remonte-se à sua origem, quando nasceu sob o comando de César Magalhães, um jovem ardoroso de 18 anos, acompanhe-se a sua evolução, de 1925 até hoje. Não teve vida fácil nem tudo foi vitória. Enfrentou a indiferença e não escapou à pasmaceira de alguns períodos. Reproduz-se no quotidiano das sociedades o comum na existência dos indivíduos.

No cotejo entre o saldo negativo e o positivo, sobressai este, e de maneira tão eloqüente, que aos fracassos, depressões e desinteligências não cabe mais do que registro, para resguardo de posições que se radicalizaram e afirmação de princípios ou vontades em choque.

Avulta, no acervo da ACI, a pertinácia, diria até a obstinação com que se devotou à missão relevante de assegurar assistência desvelada aos seus associados. Assistência de natureza moral, assistência de ordem material, que se estende até depois da morte, com a concessão de pecúlios.

Teve a ACI o privilégio de constituir um patrimônio respeitável. Ampliou-se consideravelmente durante a administração Perboyre e Silva. Sob o comando de Antônio Carlos Campos de Oliveira, a preocupação maior é assegurar-lhe plena destinação social.

A ACI não há faltado aos seus associados no cumprimento das obrigações estatutárias. E, na exação dos seus deveres, conserva uma altitude moral que muito a distingue e exalta. Não disputa privilégios nem avança em terreno que lhe é defeso.

Nas relações com os sindicatos, que são, perante a lei, os órgãos representativos da classe jornalística, não se limita a uma convivência forçada pelas circunstâncias. Há clima de natural cordialidade, o entendimento e a cooperação são recíprocos.

A percepção exata das suas responsabilidades perante as novas dimensões do jornalismo, para usar conceito de Celso Kelly, levaram-na a empenhar-se a fundo, ao lado do Sindicato dos Jornalistas, na campanha pela criação de curso destinado à formação profissional.

A iniciativa foi recebida com ceticismo até mesmo em alguns setores da imprensa. Muito arraigada é a convicção de que o jornalista nasce, de que o jornalismo é vocação. Não contesto a prevalência das tendências naturais na escolha da carreira a seguir. Mas não vejo por que, no interesse da própria valorização profissional, não procurar aperfeiçoar, com estudos adequados e conhecimentos atualizados, a chamada intuição jornalística.

É assim na Europa, nos Estados Unidos, no surpreendente Japão. Assim também já em outros Estados do Brasil. Assim deseja a ONU, que, por intermédio de um de seus organismos, a UNESCO, criou escolas superiores de jornalismo em regiões subdesenvolvidas, a fim de preparar tecnicamente o elemento que vai atuar no mundo maravilhoso da comunicação e transformá-lo em eficiente instrumento de combate ao atraso, à miséria e à ignorância.

O Curso de Jornalismo, sob o patrocínio da Universidade Federal do Ceará, teve o apoio e o estímulo da ACI, que assim cumpria um dos dispositivos dos seus Estatutos, que desde 1949, no art. 4.º, item 6, estabelecia como um dos objetivos precípuos "pugnar pela existência de uma Escola de Jornalismo no Ceará". Dentro desse espírito, e em convênio com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais e, posteriormente, com a própria Universidade Federal do Ceará, promoveu cursos livres e para principiantes. Afinal, surgiu o Curso de Jornalismo, que se ressentiu de deficiências inevitáveis em cometimentos pioneiros, mas firmou-se com o tempo, porque assim o exigem os progressos do jornalismo técnico. Hoje Curso de Comunicação Social, integrante da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, não tardará o momento do seu reconhecimento oficial, para o que se mobilizam professores, alunos e as turmas recém-diplomadas.

A "mocidade de pensamento", a que se refere o escritor Antônio Olinto, falando de André Gide, aliada à mocidade de ação, assegura a sobrevivência da ACI e a sua permanência efetiva como força de aproximação, de trabalho e promoção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE IMPRENSA, Fortaleza — Estatutos. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1949.
- _____, _____. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1959.
- BAHIA, Juarez — *Jornal, História e Técnica*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967.
- KELLY, Celso — *As novas dimensões do Jornalismo*. Rio de Janeiro, Agir Ed., 1966.
- NOBRE, Geraldo — *A imprensa do Ceará na República*. In: *O Ceará*. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1966.
- ROCHA, Demócrito — *A imprensa do Ceará na Monarquia*. In: *O Ceará*. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1945.
- SODRÉ, Nelson Werneck — *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.